

CONGRESSO

Rodrigues: é preciso dobrar o efetivo da PF

Na abertura da CPI do Crime Organizado, no Senado, o diretor-geral da Polícia Federal expôs as dificuldades orçamentárias da corporação e pede mais recursos

» ALÍCIA BERNARDES

Andressa Anholete/Agência Senado

A Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) do Crime Organizado abriu os trabalhos, ontem, com a oitiva do diretor-geral da Polícia Federal (PF), Andrei Rodrigues, e discursos firmes sobre a necessidade de enfrentar facções criminosas sem distorções ou romantizações. Rodrigues criticou a "glamourização" do crime organizado e defendeu que autoridades mídia tratem o tema com precisão, evitando atribuir o rótulo a qualquer evento criminal e, assim, supervvalorizar organizações que atuam com extrema violência.

O diretor-geral também alertou para a insuficiência do efetivo atual menos de 13 mil policiais e do orçamento da PF, hoje em R\$ 1,8 bilhão. Ele afirmou ser necessário dobrar o número de servidores para que a instituição consiga responder às demandas crescentes. Segundo Rodrigues, estudos internos avaliam o dimensionamento ideal e apontam que um quadro ampliado garantiria maior eficiência nas investigações, sobretudo no enfrentamento às facções, milícias e crimes financeiros.

O chefe da Polícia Federal defendeu um incremento de 38% no orçamento da corporação. "Eu entendo e já fiz esse apelo para que, na LOA (Lei Orçamentária Anual) que está aqui, sob apreciação desta Casa, nós tenhamos um aumento desse valor para, ao menos, R\$ 2,5 bilhões", pediu Rodrigues.

Durante a sessão, o diretor-geral da PF criticou pontos do relatório do PL Antifacção, relatoria do deputado Guilherme Derrite (PL-SP), que tramita na Câmara. Para ele, as mudanças feitas nas últimas versões — já são ao menos cinco — podem gerar conflitos de competência, confusão processual e enfraquecimento do combate ao crime organizado. O dirigente também manifestou preocupação com dispositivos que retiram recursos ou reduzem atribuições de órgãos como a PF e a Receita Federal, responsáveis por atacar o fluxo financeiro das organizações criminosas.

O presidente da CPI, senador Fábio Contarato (PT-ES), reforçou que o colegiado atuará com independência e sem blindagem a qualquer autoridade. Ele afirmou que "ninguém será poupado", incluindo políticos, empresários e agentes



Rodrigues, Contarato e Vieira (da direita para a esquerda): tentativa de debater segurança de forma técnica

Reprodução/Redes Sociais



TH Joias: CPI quer ouvir ex-deputado estadual envolvido com o tráfico

públicos suspeitos de envolvimento com facções. Contarato defendeu ainda que a PF mantenha e amplie sua capacidade operacional, lembrando que segurança pública depende diretamente de orçamento e cooperação entre instituições.

TH Joias

As sessões marcaram, também, o avanço de novos requerimentos. O relator da CPI, senador Alessandro Vieira (MDB-SE), solicitou a convocação do

ex-deputado fluminense Thiego Santos, o TH Joias, preso pela PF em investigação sobre o Comando Vermelho no Complexo do Alemão. Para Vieira, o depoimento é essencial para esclarecer o papel do ex-parlamentar e das conexões entre crime organizado e agentes públicos. Contarato confirmou que o pedido será analisado na próxima reunião.

As discussões ocorreram em paralelo à expectativa de votação do PL Antifacção na Câmara. Lideranças do governo, como o senador

Randolfe Rodrigues (sem partido-AP), criticaram mudanças que, segundo elas, retiram o caráter original da proposta enviada pelo Executivo: tipificação do crime de facção, aumento de penas, ampliação das atribuições da Receita Federal e fortalecimento da PF. Para Randolfe, retrocessos no texto representam "um presente ao crime organizado" e prejudicam o enfrentamento às facções que controlam territórios onde vivem cerca de 50 milhões de brasileiros.

As discussões ocorreram em paralelo à expectativa de votação do PL Antifacção na Câmara. Lideranças do governo, como o senador

Randolfe Rodrigues (sem partido-AP), criticaram mudanças que, segundo elas, retiram o caráter original da proposta enviada pelo Executivo: tipificação do crime de facção, aumento de penas, ampliação das atribuições da Receita Federal e fortalecimento da PF. Para Randolfe, retrocessos no texto representam "um presente ao crime organizado" e prejudicam o enfrentamento às facções que controlam territórios onde vivem cerca de 50 milhões de brasileiros.

As discussões ocorreram em paralelo à expectativa de votação do PL Antifacção na Câmara. Lideranças do governo, como o senador

Randolfe Rodrigues (sem partido-AP), criticaram mudanças que, segundo elas, retiram o caráter original da proposta enviada pelo Executivo: tipificação do crime de facção, aumento de penas, ampliação das atribuições da Receita Federal e fortalecimento da PF. Para Randolfe, retrocessos no texto representam "um presente ao crime organizado" e prejudicam o enfrentamento às facções que controlam territórios onde vivem cerca de 50 milhões de brasileiros.

As discussões ocorreram em paralelo à expectativa de votação do PL Antifacção na Câmara. Lideranças do governo, como o senador

Randolfe Rodrigues (sem partido-AP), criticaram mudanças que, segundo elas, retiram o caráter original da proposta enviada pelo Executivo: tipificação do crime de facção, aumento de penas, ampliação das atribuições da Receita Federal e fortalecimento da PF. Para Randolfe, retrocessos no texto representam "um presente ao crime organizado" e prejudicam o enfrentamento às facções que controlam territórios onde vivem cerca de 50 milhões de brasileiros.

As discussões ocorreram em paralelo à expectativa de votação do PL Antifacção na Câmara. Lideranças do governo, como o senador

Randolfe Rodrigues (sem partido-AP), criticaram mudanças que, segundo elas, retiram o caráter original da proposta enviada pelo Executivo: tipificação do crime de facção, aumento de penas, ampliação das atribuições da Receita Federal e fortalecimento da PF. Para Randolfe, retrocessos no texto representam "um presente ao crime organizado" e prejudicam o enfrentamento às facções que controlam territórios onde vivem cerca de 50 milhões de brasileiros.

As discussões ocorreram em paralelo à expectativa de votação do PL Antifacção na Câmara. Lideranças do governo, como o senador

Randolfe Rodrigues (sem partido-AP), criticaram mudanças que, segundo elas, retiram o caráter original da proposta enviada pelo Executivo: tipificação do crime de facção, aumento de penas, ampliação das atribuições da Receita Federal e fortalecimento da PF. Para Randolfe, retrocessos no texto representam "um presente ao crime organizado" e prejudicam o enfrentamento às facções que controlam territórios onde vivem cerca de 50 milhões de brasileiros.

As discussões ocorreram em paralelo à expectativa de votação do PL Antifacção na Câmara. Lideranças do governo, como o senador

Randolfe Rodrigues (sem partido-AP), criticaram mudanças que, segundo elas, retiram o caráter original da proposta enviada pelo Executivo: tipificação do crime de facção, aumento de penas, ampliação das atribuições da Receita Federal e fortalecimento da PF. Para Randolfe, retrocessos no texto representam "um presente ao crime organizado" e prejudicam o enfrentamento às facções que controlam territórios onde vivem cerca de 50 milhões de brasileiros.

As discussões ocorreram em paralelo à expectativa de votação do PL Antifacção na Câmara. Lideranças do governo, como o senador

Randolfe Rodrigues (sem partido-AP), criticaram mudanças que, segundo elas, retiram o caráter original da proposta enviada pelo Executivo: tipificação do crime de facção, aumento de penas, ampliação das atribuições da Receita Federal e fortalecimento da PF. Para Randolfe, retrocessos no texto representam "um presente ao crime organizado" e prejudicam o enfrentamento às facções que controlam territórios onde vivem cerca de 50 milhões de brasileiros.

As discussões ocorreram em paralelo à expectativa de votação do PL Antifacção na Câmara. Lideranças do governo, como o senador

Randolfe Rodrigues (sem partido-AP), criticaram mudanças que, segundo elas, retiram o caráter original da proposta enviada pelo Executivo: tipificação do crime de facção, aumento de penas, ampliação das atribuições da Receita Federal e fortalecimento da PF. Para Randolfe, retrocessos no texto representam "um presente ao crime organizado" e prejudicam o enfrentamento às facções que controlam territórios onde vivem cerca de 50 milhões de brasileiros.

As discussões ocorreram em paralelo à expectativa de votação do PL Antifacção na Câmara. Lideranças do governo, como o senador

Randolfe Rodrigues (sem partido-AP), criticaram mudanças que, segundo elas, retiram o caráter original da proposta enviada pelo Executivo: tipificação do crime de facção, aumento de penas, ampliação das atribuições da Receita Federal e fortalecimento da PF. Para Randolfe, retrocessos no texto representam "um presente ao crime organizado" e prejudicam o enfrentamento às facções que controlam territórios onde vivem cerca de 50 milhões de brasileiros.

As discussões ocorreram em paralelo à expectativa de votação do PL Antifacção na Câmara. Lideranças do governo, como o senador

Randolfe Rodrigues (sem partido-AP), criticaram mudanças que, segundo elas, retiram o caráter original da proposta enviada pelo Executivo: tipificação do crime de facção, aumento de penas, ampliação das atribuições da Receita Federal e fortalecimento da PF. Para Randolfe, retrocessos no texto representam "um presente ao crime organizado" e prejudicam o enfrentamento às facções que controlam territórios onde vivem cerca de 50 milhões de brasileiros.

As discussões ocorreram em paralelo à expectativa de votação do PL Antifacção na Câmara. Lideranças do governo, como o senador

Randolfe Rodrigues (sem partido-AP), criticaram mudanças que, segundo elas, retiram o caráter original da proposta enviada pelo Executivo: tipificação do crime de facção, aumento de penas, ampliação das atribuições da Receita Federal e fortalecimento da PF. Para Randolfe, retrocessos no texto representam "um presente ao crime organizado" e prejudicam o enfrentamento às facções que controlam territórios onde vivem cerca de 50 milhões de brasileiros.

As discussões ocorreram em paralelo à expectativa de votação do PL Antifacção na Câmara. Lideranças do governo, como o senador

Randolfe Rodrigues (sem partido-AP), criticaram mudanças que, segundo elas, retiram o caráter original da proposta enviada pelo Executivo: tipificação do crime de facção, aumento de penas, ampliação das atribuições da Receita Federal e fortalecimento da PF. Para Randolfe, retrocessos no texto representam "um presente ao crime organizado" e prejudicam o enfrentamento às facções que controlam territórios onde vivem cerca de 50 milhões de brasileiros.

As discussões ocorreram em paralelo à expectativa de votação do PL Antifacção na Câmara. Lideranças do governo, como o senador

Randolfe Rodrigues (sem partido-AP), criticaram mudanças que, segundo elas, retiram o caráter original da proposta enviada pelo Executivo: tipificação do crime de facção, aumento de penas, ampliação das atribuições da Receita Federal e fortalecimento da PF. Para Randolfe, retrocessos no texto representam "um presente ao crime organizado" e prejudicam o enfrentamento às facções que controlam territórios onde vivem cerca de 50 milhões de brasileiros.

As discussões ocorreram em paralelo à expectativa de votação do PL Antifacção na Câmara. Lideranças do governo, como o senador

Randolfe Rodrigues (sem partido-AP), criticaram mudanças que, segundo elas, retiram o caráter original da proposta enviada pelo Executivo: tipificação do crime de facção, aumento de penas, ampliação das atribuições da Receita Federal e fortalecimento da PF. Para Randolfe, retrocessos no texto representam "um presente ao crime organizado" e prejudicam o enfrentamento às facções que controlam territórios onde vivem cerca de 50 milhões de brasileiros.

As discussões ocorreram em paralelo à expectativa de votação do PL Antifacção na Câmara. Lideranças do governo, como o senador

Randolfe Rodrigues (sem partido-AP), criticaram mudanças que, segundo elas, retiram o caráter original da proposta enviada pelo Executivo: tipificação do crime de facção, aumento de penas, ampliação das atribuições da Receita Federal e fortalecimento da PF. Para Randolfe, retrocessos no texto representam "um presente ao crime organizado" e prejudicam o enfrentamento às facções que controlam territórios onde vivem cerca de 50 milhões de brasileiros.

As discussões ocorreram em paralelo à expectativa de votação do PL Antifacção na Câmara. Lideranças do governo, como o senador

Randolfe Rodrigues (sem partido-AP), criticaram mudanças que, segundo elas, retiram o caráter original da proposta enviada pelo Executivo: tipificação do crime de facção, aumento de penas, ampliação das atribuições da Receita Federal e fortalecimento da PF. Para Randolfe, retrocessos no texto representam "um presente ao crime organizado" e prejudicam o enfrentamento às facções que controlam territórios onde vivem cerca de 50 milhões de brasileiros.

As discussões ocorreram em paralelo à expectativa de votação do PL Antifacção na Câmara. Lideranças do governo, como o senador

Randolfe Rodrigues (sem partido-AP), criticaram mudanças que, segundo elas, retiram o caráter original da proposta enviada pelo Executivo: tipificação do crime de facção, aumento de penas, ampliação das atribuições da Receita Federal e fortalecimento da PF. Para Randolfe, retrocessos no texto representam "um presente ao crime organizado" e prejudicam o enfrentamento às facções que controlam territórios onde vivem cerca de 50 milhões de brasileiros.

As discussões ocorreram em paralelo à expectativa de votação do PL Antifacção na Câmara. Lideranças do governo, como o senador

Randolfe Rodrigues (sem partido-AP), criticaram mudanças que, segundo elas, retiram o caráter original da proposta enviada pelo Executivo: tipificação do crime de facção, aumento de penas, ampliação das atribuições da Receita Federal e fortalecimento da PF. Para Randolfe, retrocessos no texto representam "um presente ao crime organizado" e prejudicam o enfrentamento às facções que controlam territórios onde vivem cerca de 50 milhões de brasileiros.

As discussões ocorreram em paralelo à expectativa de votação do PL Antifacção na Câmara. Lideranças do governo, como o senador

Randolfe Rodrigues (sem partido-AP), criticaram mudanças que, segundo elas, retiram o caráter original da proposta enviada pelo Executivo: tipificação do crime de facção, aumento de penas, ampliação das atribuições da Receita Federal e fortalecimento da PF. Para Randolfe, retrocessos no texto representam "um presente ao crime organizado" e prejudicam o enfrentamento às facções que controlam territórios onde vivem cerca de 50 milhões de brasileiros.

As discussões ocorreram em paralelo à expectativa de votação do PL Antifacção na Câmara. Lideranças do governo, como o senador

Randolfe Rodrigues (sem partido-AP), criticaram mudanças que, segundo elas, retiram o caráter original da proposta enviada pelo Executivo: tipificação do crime de facção, aumento de penas, ampliação das atribuições da Receita Federal e fortalecimento da PF. Para Randolfe, retrocessos no texto representam "um presente ao crime organizado" e prejudicam o enfrentamento às facções que controlam territórios onde vivem cerca de 50 milhões de brasileiros.

As discussões ocorreram em paralelo à expectativa de votação do PL Antifacção na Câmara. Lideranças do governo, como o senador

Randolfe Rodrigues (sem partido-AP), criticaram mudanças que, segundo elas, retiram o caráter original da proposta enviada pelo Executivo: tipificação do crime de facção, aumento de penas, ampliação das atribuições da Receita Federal e fortalecimento da PF. Para Randolfe, retrocessos no texto representam "um presente ao crime organizado" e prejudicam o enfrentamento às facções que controlam territórios onde vivem cerca de 50 milhões de brasileiros.

As discussões ocorreram em paralelo à expectativa de votação do PL Antifacção na Câmara. Lideranças do governo, como o senador

Randolfe Rodrigues (sem partido-AP), criticaram mudanças que, segundo elas, retiram o caráter original da proposta enviada pelo Executivo: tipificação do crime de facção, aumento de penas, ampliação das atribuições da Receita Federal e fortalecimento da PF. Para Randolfe, retrocessos no texto representam "um presente ao crime organizado" e prejudicam o enfrentamento às facções que controlam territórios onde vivem cerca de 50 milhões de brasileiros.

As discussões ocorreram em paralelo à expectativa de votação do PL Antifacção na Câmara. Lideranças do governo, como o senador

Randolfe Rodrigues (sem partido-AP), criticaram mudanças que, segundo elas, retiram o caráter original da proposta enviada pelo Executivo: tipificação do crime de facção, aumento de penas, ampliação das atribuições da Receita Federal e fortalecimento da PF. Para Randolfe, retrocessos no texto representam "um presente ao crime organizado" e prejudicam o enfrentamento às facções que controlam territórios onde vivem cerca de 50 milhões de brasileiros.

As discussões ocorreram em paralelo à expectativa de votação do PL Antifacção na Câmara. Lideranças do governo, como o senador

Randolfe Rodrigues (sem partido-AP), criticaram mudanças que, segundo elas, retiram o caráter original da proposta enviada pelo Executivo: tipificação do crime de facção, aumento de penas, ampliação das atribuições da Receita Federal e fortalecimento da PF. Para Randolfe, retrocessos no texto representam "um presente ao crime organizado" e prejudicam o enfrentamento às facções que controlam territórios onde vivem cerca de 50 milhões de brasileiros.

As discussões ocorreram em paralelo à expectativa de votação do PL Antifacção na Câmara. Lideranças do governo, como o senador

Randolfe Rodrigues (sem partido-AP), criticaram mudanças que, segundo elas, retiram o caráter original da proposta enviada pelo Executivo: tipificação do crime de facção, aumento de penas, ampliação das atribuições da Receita Federal e fortalecimento da PF. Para Randolfe, retrocessos no texto representam "um presente ao crime organizado" e prejudicam o enfrentamento às facções que controlam territórios onde vivem cerca de 50 milhões de brasileiros.

As discussões ocorreram em paralelo à expectativa de votação do PL Antifacção na Câmara. Lideranças do governo, como o senador

Randolfe Rodrigues (sem partido-AP), criticaram mudanças que, segundo elas, retiram o caráter original da proposta enviada pelo Executivo: tipificação do crime de facção, aumento de penas, ampliação das atribuições da Receita Federal e fortalecimento da PF. Para Randolfe, retrocessos no texto representam "um presente ao crime organizado" e prejudicam o enfrentamento às facções que controlam territórios onde vivem cerca de 50 milhões de brasileiros.

As discussões ocorreram em paralelo à expectativa de votação do PL Antifacção na Câmara. Lideranças do governo, como o senador

Randolfe Rodrigues (